

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 6 E 7 DE ABRIL DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSILO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da 4.ª Sessão Ordinária Realizada em 6 de Abril de 1972 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Gilberto Carvalho, Igo Lossó, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE

— Sob o n.º 57-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

243-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 29-71, que visa a majoração da Taxa de Saúde, instituída pela lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967. — A C.C.J.

— Sob o n.º 688, do Senhor ORLANDO SPINOLA, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, encaminhando cópia de requerimento do Senhor Deputado HENRIQUE BRITO, congratulando-se com esta Casa, que se fez presente na pessoa do Senhor Deputado NIVALDO KRÜGER, no ato da inauguração da empresa paranaense INATALUX NORDESTE SOCIEDADE ANÔNIMA. — Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado interessado.

— Do Senhor JACOB PEDRO CAROLO, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando recorte do Diário da Assembléia daquele Estado, constando a reprodução na íntegra, do ofício n.º SA-1533-71, desta Presidência, bem como certidão referente ao pronunciamento feito pelo nobre Deputado MUGGIATI FILHO. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 863-71, do Senhor JOSÉ MENDONÇA BEZERRA, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, comunicando que foi aprovada a Indicação n.º 840, de autoria do Senhor Deputado NEWTON CARNEIRO, dirigindo apelo ao Presidente do Instituto de Previdência das Congressistas em Brasília, no sentido de que seja estudada a possibilidade da inclusão dos deputados estaduais como contribuintes daquele Instituto. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 456, do Senhor José Manuel Fragoso, Embaixador de Portugal, no Rio de Janeiro, acusando o recebimento e agradecendo o requerimento de autoria do Senhor Deputado ANTONIO BELINATI, consubstanciado em voto de congratulação, por motivo da assinatura da Convenção sobre igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 966-71, do Senhor Vereador EDGARD DANTAS PIMENTEL, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando que em Sessão Plenária realizada no dia 8 de novembro do ano próximo passado, foi aprovada proposição, consubstanciada em votos de congratulações a esta Casa, pela entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao insigne curitibano, Dr. ARTHUR FERREIRA DOS SANTOS. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 1748-71, do Senhor HONÓRIO PETERSEN HUNGRIA, Diretor Superintendente do Instituto de Orientação às Cooperativas Nacionais no Estado do Paraná, comunicando haver sido lavrado um voto de pesar pelo passamento do Senhor Ex-deputado ACYR JOSÉ. — Ao conhecimento da Casa.

#### TELEGRAMAS:

— Do Senhor Deputado Nelson Pedrini, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no seguinte teor: PROFUNDAMENTE CONSTERNADO PELA TRÁGICA MORTE DEPUTADO ACYR JOSÉ Vg MANIFESTO EM MEU NOME PESSOAL ET TODA ASSEMBLÉIA CATARINENSE Vg VOTOS CONDOLÊNCIAS AO EMINENTE COLEGA PRESIDENTE ET DEPUTADOS PARANAENSES pt ROGO TRANSMITIR NOSSO PESAR A FAMÍLIA ENLUTADA pt SDE — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor STENIO AGNER DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de São João do Triunfo, no seguinte teor: PELO TRÁGICO FALECIMENTO ILUSTRE DEPUTADO ACYR JOSÉ Vg NOSSO REPRESENTANTE NESSA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Vg ENVIAMOS NOSSOS SENTIDOS VOTOS DE PESAR SDS — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Cel. Cmt. BERMUDEZ, Colégio Militar de Curitiba, no seguinte teor: EM NOME COLÉGIO MILITAR DE CURITIBA ET MEU PRÓPRIO APRESENTO SINCERAS CONDOLÊNCIAS PELA PERDA TRÁGICA DO ILUSTRE ET HONRADO HOMEM PÚBLICO QUE FOI O DEPUTADO ACYR JOSÉ SDS — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja registrado nos trabalhos legislativos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Abelardo Garcia, genitor do Senhor Adilson Garcia, gerente da Agência Deodoro da Caixa Econômica Federal, ocorrido no último dia.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor desta matéria, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1.972.

(a) Hélio Manfrinato

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requer, a inserção em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de louvor e congratulações ao Doutor Marcio Roberto Pinheiro, Diretor do Instituto de Identificação do Estado do Paraná.

Pretendemos com o requerimento neste, através esta Casa de Leis, ressaltar as qualidades morais e o tino administrativo do homenageado, que com zelo e probidade no desempenho daquela alta função pública, chega a constituir-se, dentro da classe do servidor público, um exemplo a ser seguido.

Requeremos, outrossim, que da decisão desta Augusta Casa, seja dada ciência aos Exmos. Srs. General Mario Carneiro Portes, DD. Secretário de Segurança Pública, Bacharel Antonio Lopes de Noronha, DD. Diretor da Polícia Civil e ao homenageado.

(a) Gabriel Manoel e mais 2 Senhores Deputados

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência, que determine a consignação na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à Associação de Senhoras de Rotarianos de Londrina pela realização do V Encontro Nacional da Amizade, a realizar-se amanhã, dia 6, no Auditório do Instituto Brasileiro do Café.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

(a) — Antonio Belinati



**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de congratulações ao Coronel João Carlos Christoffel, pela sua recente nomeação ao cargo de Chefe da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e pela oportuna decisão do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, na escolha de tão insigne pessoa.

Na solenidade de posse, o novo Chefe, enfatizou "o desejo de participar de maneira efetiva do esforço para o engrandecimento no processo de desenvolvimento por que passa o Paraná, com a sua modesta contribuição ao Governo do Estado.

Solicita, outrossim, seja dado integral conhecimento do mesmo, uma vez aprovado, por ofício, ao homenageado.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1972.

(a) — Domício Scaramella.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de congratulações às autoridades competentes, que possibilitaram a inauguração da BR-476, no importante trecho da região Sul, compreendido entre São Mateus e União da Vitória.

Da mesma forma, aqui registamos nossos agradecimentos aos ex-governadores Ney Braga e Paulo Pimentel, os quais, durante suas permanências frente aos governos, contribuíram com uma parcela de seus esforços para que, hoje, fosse possível o término da construção do trecho Curitiba-Lapa, com 66 kms. e do trecho Lapa a São Mateus do Sul, com 86 kms.

Também, requer, seja consignado em Ata, votos de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Mário Andreazza e ao Senhor Elizeu Rezende, Diretor Geral do D.N.E.R. pela construção do trecho São Mateus a União da Vitória, com 85 kms.

O Senhor Ministro em um de seus recentes pronunciamentos afirmou que em breve será iniciada a BR-153, interligando União da Vitória-Pr a Erechim-Rio Grande do Sul, motivo este de real júbilo para ambos os Estados, que permitirá e facilitará, sem dúvida, maior entrosamento, valorizando, sobretudo, o intercâmbio comercial e social, possibilitando também, a facilidade de escoamento de suas riquezas tanto industriais como agrícolas.

Outrossim, solicita, uma vez aprovado, seja dado conhecimento do mesmo às autoridades acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) — Domício Scaramella.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer, a Vossa Excelência, que seja encaminhada solicitação ao digníssimo titular da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido de dotar os órgãos de segurança do interior paranaense de melhores condições, materiais e humanas, para a realização dos serviços de combate ao crime e salvaguarda da segurança pública.

É do conhecimento geral que a quase totalidade dos órgãos de segurança do Interior encontram-se sem condições para debelarem as crescentes ondas de crime, ensejando a elevação do índice de criminalidade de toda ordem, por falta de condições mínimas as autoridades para coibirem ações desta natureza.

Os contingentes humanos e capazes, colocados à disposição dos órgãos de segurança no Interior são limitadíssimos os serviços burocráticos obsoletos; as diligências aos locais de maior incidência criminal sendo feitas com veículos cedidos por particulares ou outros órgãos públicos; sub-divisões e delegacias sem condições apropriadas.

Constantes relatórios já foram encaminhados à Divisão da Polícia Civil, desta Secretaria, solicitando urgentes providências, objetivando melhor equipamento e maior contingente humano.

Torna-se necessário, no menor lapso de tempo, prontos soluções para este sério problema, quer através de convênios com as Prefeituras Municipais e adoção de medidas oriundas desta Secretaria de Segurança Pública, evitando-se assim o aumento da incidência criminal que se verifica nos Municípios interioranos.

Esta a reivindicação das populações do Interior que endossamos.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer, a Vossa Excelência, que seja encaminhada solicitação aos titulares das Secretarias do Trabalho e Assistência Social e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido de serem tomadas urgentes providências para o atendimento aos menores abandonados, notadamente, nos Municípios do Interior paranaense.

Justifica-se este Requerimento quando é público que os Juizes de Menores e autoridades dos órgãos de segurança pública nos Municípios paranaenses estão tendo mínimas condições para enfrentar o sério problema do menor abandonado, que se agrava a cada dia.

As detenções de menores nos Municípios interioranos vem gerando sérios transtornos, uma vez que por saberem as autoridades da inexistência de salas próprias como preceitua a legislação vigente e para evitar-se de colocá-los em promiscuidade com delinquentes comuns, adultos, opta-se pela pronta liberação.

O problema torna-se mais grave com relação as menores abandonadas do sexo feminino, obrigando na quase totalidade das vezes os Juizes de Menores liberá-las por não ter onde recuperá-las, deixando-as em completo abandono.

Os poucos menores abandonados remetidos para as divisões competentes em Curitiba, por falta de condições de atendimento, são, igualmente, liberados, regressando aos Municípios de onde vieram, no mesmo dia, para retornarem a delinquir.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger.

**PROJETOS DE LEI:****Projeto de Lei n.º 8/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica concedido uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 à Sra. Octacília de Andrade Belich.

Art. 2.º — A despesa referente à presente Lei correrá por conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni

**JUSTIFICATIVA:**

O Deputado signatário da presente elaborou o Projeto de Lei, a fim de auxiliar a Sra. Octacília de Andrade Belich, mãe do ex-deputado Estadual Olivio Belich, falecido em 17 de novembro de 1.971, deixando a sua primogênita em estado de viuvez, com 69 anos de idade, sem posse de qualquer bem imóvel, e sem condições de obter, por si própria, recursos para seu sustento.

**Projeto de Lei n.º 9/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica referendada a alienação da área de duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados, situada no lugar denominado "Morro Caieiras", no Município de Guaratuba, com "terras devolutas", conforme o Título de Domínio Pleno de Terras, expedido pelo Governo do Estado, em data de 19 de agosto de 1960, por força de decisão administrativa resultante do vencido no processo protocolado sob n.º 7.956, de 6 de novembro de 1959, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni.

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que o Poder Executivo expediu o Título de Domínio Pleno referente à área de 242.968,00m<sup>2</sup>, no lugar denominado "Morro das Caieiras", no então Distrito de Guaratuba, hoje integrante do quadro urbano daquele Município, incidente sobre área dominial, em data de 19-08-60, cujo imóvel se acha tombado no Departamento de Patrimônio do Estado;

Considerando que a alienação de bens dominiais, de acordo com a Constituição do Estado, depende de autorização legislativa, o que não ocorreu com a expedição do aludido título;

Considerando que, na forma do art. 177, do Código Civil Brasileiro, o eventual direito do Estado em pleitear a decretação de nulidade da venda está prescrito;

Considerando que, consoante iterativa jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Estado é parte ilegítima para pleitear judicialmente a anulação de titulação de áreas, quando ele próprio tenha dado causa ao vício da transação;

Considerando que ainda que viesse a ser obtida a anulação judicial, o Estado necessariamente teria que indenizar terceiros de boa-fé que adquiriram essa área, significando pesados ônus aos cofres públicos;

Considerando que a aludida área se presta exclusivamente para urbanização, por isso que integra o quadro urbano do Município de Guaratuba e, inexplorado, significa obstáculo ao desenvolvimento daquela cidade balneária;

Considerando que é do interesse do Estado a mencionada urbanização, no sentido de incrementar o turismo em nosso litoral;

Considerando que os atuais adquirentes do mesmo imóvel requereram e obtiveram do Município de Guaratuba, a aprovação de um loteamento nessa área de terras, dispondo-se a urbanização com introdução, às suas expensas, de benfeitorias tais como arruamento, instalação de iluminação pública e de água, dando assim ao imóvel a finalidade a que ele se presta;

Considerando que é do interesse do Estado amparar as iniciativas privadas que visem o desenvolvimento e a expansão da área litorânea, submeto à alta apreciação da Casa, o presente projeto de lei, que tem por finalidade exclusiva sanar mera irregularidade administrativa.

**Projeto de Lei n.º 10/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Pinhão, passando pela localidade de Crisciuma.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1.972.

(a) — Domício Scaramella.

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição que ora temos a honra de submeter à consideração deste Plenário é medida que se impõe pela necessidade urgente que tem a população daquela próspera região do Vale do Iguaçu, de uma estrada em condições normais de tráfego, para dar vazão à sua produção agrícola.

Com a melhoria dessa estrada o próprio Estado será grandemente beneficiado, pois haverá um novo incentivo para os produtores que ali labutam visando ao progresso do Paraná.

Estamos certos, pois, em contar com a colaboração dos nobres Pares na aprovação deste plano de lei.

**Projeto de Lei n.º 11/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a viúva MARIA COELI PERNECHELE, esposa do Engenheiro Agrônomo Dr. Carlos Pernechele, no forma que especifica:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Maria Coeli Pernechele, viúva do Engenheiro Agrônomo Carlos Pernechele, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1.972.

(a) — Wilson Fortes

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo da presente iniciativa é amenizar, em parte, a situação precária em que se encontra a viúva Maria Coeli Pernechele, esposa do Engenheiro Agrônomo Dr. Carlo Pernechele, assassinado entre 6-7-8 de agosto de 1964, por ocasião de conflito de terras em Três Barras, na Serra do Fação, Gleba Andrade, Município de Catanduvas, Comarca de Cascavel. Estava a serviço do DGTC (Departamento de Geografia, Terras e Colonização) em medição de Terras litigiosas, quando foi assassinado.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe de o indispensável apoio e, no final, sua aprovação.



## Projeto de Lei n.º 12/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL ISABELENSE, com sede e foro na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1.972.

(a) — Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, C.A.P.S.I. — tendo por objetivo a promoção e assistência, principalmente aos menos favorecidos e indigentes, proporcionando-lhes inclusive, Educação Moral, Social e Cívica.

A entidade foi criada com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade conforme comprova documentação inclusa cumprindo os requisitos para a aprovação deste projeto.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Nelson Buffara).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, a nossa presença, na Tribuna, nesta tarde, tem o fim de solicitar ao eminente Líder da Bancada da ARENA e do Governo nesta Casa, um esclarecimento com relação à Mensagem Governamental que propõe uma melhoria de vencimentos para o funcionalismo público estadual.

Lemos a Mensagem e nos deparamos, inicialmente, com uma contradição, ou melhor dizendo, um desencontro de propósitos, e cuja razão não conseguimos atentar perfeitamente. Referimo-nos ao fato de pretender o Sr. Governador do Estado dar um aumento à Magistratura e um abono provisório ao funcionalismo. Não conseguimos — confessamos — atentar para a razão de tal discriminação.

Por essa razão, apelamos ao Deputado João Mansur para que S. Exa. traga, a esta Casa, os esclarecimentos, a razão da deliberação do Governo.

Por que um aumento de 12% para a Magistratura e apenas um abono provisório para o funcionalismo?

Registramos tão somente a nossa dúvida, aguardando os esclarecimentos do Líder do Governo, porque admitimos possa o autor da Mensagem ter razões que desconhecemos para tal tratamento, para tal forma de discriminação, no encaminhamento da proposição. Reitero o apelo ao nobre Líder do Governo para que preste a esta Casa os esclarecimentos sobre as razões desse ato. Se assim procedo, é porque tenho sido procurado repetidas vezes por funcionários que têm conhecimento do texto da Mensagem Governamental, e que nos indagam das razões desse tratamento.

A exposição de motivos que antecede a Mensagem, ou melhor dizendo, o texto da proposição legal, não contém, para mim, esclarecimentos suficientes para que posamos dar as explicações que nos são solicitadas. Assim, acredito que o nobre Líder da Bancada do Governo, prestará aos funcionários públicos do Estado e a esta Casa os esclarecimentos pedidos.

Em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma justificação. Deu entrada nesta Casa, ainda na tarde de ontem, a Mensagem, ou melhor dizendo, uma moção de aplausos a S. Exa. o Sr. Presidente da República, por haver encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei que altera a Constituição. Um Projeto de Emenda Constitucional que transforma as eleições diretas previstas para 1974, no que diz respeito a escolha de governadores, para um pleito indireto.

Primeiramente, ratifico aqui desta Tribuna aquilo que disse o nobre Deputado Nivaldo Krüger. Não nos surpreendeu o fato dessa moção de aplausos ser proposta a esta Casa. Não nos surpreendeu por razões óbvias. E se ontem pedimos para discutir a moção, não o fizemos apenas porque sabendo que tal pedido determinaria a transferência da apreciação da moção para o dia de hoje. Não o fizemos tão somente à espera de um milagre que impedisse esta Casa de aprová-la, nem muito menos para retardar em um dia a recepção dessa moção por S. Exa. o Sr. Presidente da República. Não nos moveu o gesto mesquinho de retardar por um dia o prazer de S. Exa. em receber esta moção de que tanto necessita e a qual tanto pleiteou. Na verdade S. Exa. quase não recebe elogios, quase não recebe aplausos e essa moção terá para S. Exa. um valor muito grande.

Vimos no encaminhamento da proposição durante o Grande Expediente da sessão de ontem, uma verdadeira ginástica verbal feita pelo nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, numa tentativa de justificar a moção.

Pedimos o adiamento da votação, para trazer hoje, sobre a moção, a palavra da Liderança do MDB, porque entendemos que aquilo que se passa nesta Casa nestes dias, será apreciado no futuro. Não foi o sentido grandiloquente que nos moveu, quando solicitamos da Presidência desta Casa certidões do inteiro teor da moção e a relação dos Srs. Deputados que a subscreveram. Quando solicitamos essa certidão, dissemos que o fazíamos porque queríamos guardá-la, porque entendíamos que aqueles que a subscreveram assumiam um compromisso com a posteridade; assumiam um compromisso, queria dizer, naquela oportunidade, de comparecerem ante o futuro deste Estado e desta Nação; ante o futuro no qual estariam presentes seus próprios filhos; assumiam o compromisso de oferecer a eles, ao conhecimento deles, o seu procedimento, a sua decisão. Caberia a eles julgar as subscrições, como julgar a nós mesmos. Não pretendemos julgar os Deputados que subscreveram a Moção e também não pretendemos ser julgados por eles. Consignaram seu ponto de vista e nós queremos consignar o nosso também, consignar porque a História nos mostra, sobretudo em matéria de política, que as coisas se transformam, às vezes, radicalmente. Os subversivos de ontem — e não há aqui a conotação maldosa da palavra subversivo que se pretende atribuir hoje em dia — digo subversivo no sentido de ser contra a lei, os revolucionários do passado, de 1922, por exemplo, Eduardo Gomes e Juarez Távora, foram homens processados e receberam a pecha de subversivos. Hoje, estão no Poder. A política muda. As contradições e os paradoxos surgem e nada impede, também que o povo, que hoje se encontra marginalizado no processo de escolha, amanhã volte a se fazer presente neste processo, volte e queira julgar a atuação de todos nós que passamos por esta Casa como seus representantes.

É preciso que se registre o pensamento de cada um. Os paradoxos são muitos. Quem diria, por exemplo, que o deputado Antônio Lopes Júnior, que ontem, tão brilhantemente, ocupou esta Tribuna, nos muitos anos decorridos de uma atuação política das mais ativas, viesse a fazer parte do mesmo Partido presidido e orientado por Filinto Mueller. Se fosse perguntado, há alguns anos passados, se S. Exa. admitia esta possibilidade, tenho certeza que diria

que jamais poderia ocorrer. A política caminha como a vida e vemos como realidade de hoje aquilo que, no passado, poderia parecer uma impossibilidade.

O Deputado Antônio Lopes Júnior defendeu com ardor a Moção. Se não logrou impressionar a todos não se deve isso ao menor brilhantismo de S. Exa. ou a seu menor poder de convencimento, mas acontece é que a tese é mesmo indefensável.

Bem ao final foi socorrido pelo deputado Armando Queiroz que, também, deu o seu parecer sobre o assunto dizendo que a Emenda Constitucional proposta pelo Presidente da República é apenas um detalhe muito pequeno. Não entendo assim, acho que retirar do povo o direito de escolher seu Governador não é mero detalhe. A exclusão do povo do processo político, sobretudo de um processo político que tem a pretensão de se realizar em nome do povo acho que não é um detalhe insignificante, mas é um indicio muito grave que mostra bem os rumos que o Governo pretende seguir.

Por mais aprego que tenha ao deputado Armando Queiroz e apesar de me incluir no rol de seus amigos, discordo de S. Exa. que defende hoje, como defendeu ontem, em aparte, a Moção apresentada a esta Casa. Se a opinião de S. Exa. para mim tem valor e tem peso e tem base, não é infalível. Sua Excelência mesmo no curto espaço de tempo de dois anos, já teve oportunidade de fazer duas afirmações e ter de retroceder delas; Sua Excelência apoiou o Governo do Sr. Paulo Pimentel — teve que admitir posteriormente que Paulo Pimentel havia errado; defendeu o Governo do Sr. Haroldo Leon Peres — hoje, por certo também deve admitir que Haroldo Leon Peres errou. Então, embora valiosa a opinião de Sua Excelência a favor da Moção, nada impede que Sua Excelência, num futuro próximo, para o bem deste País, nada impede que Sua Excelência tenha o desprazer de, pela terceira vez, reconhecer que errou...

Mas, Srs., tendo breves considerações acerca da Mensagem, não nos surpreendeu o propósito do Governo de alterar as regras do jogo e de se transformar novamente em eleições indiretas, o processo de escolha que ele mesmo havia previsto para os governos dos Estados; não nos surpreendeu, e dissemos antes mesmo da Mensagem ser enviada ao Congresso, que o Governo caminha para um impasse institucional, que não acreditávamos em eleições diretas, pelas razões seguintes: pela forma atual, pelo processo que é escolhido o Presidente da República, em esfera privada, por mais bem dotado que seja o homem escolhido, uma coisa é evidente: ele jamais terá evidência popular, por falta de contato com o povo. É possível que isso venha a ocorrer, é o caso do General Emílio Garrastazu Médici — é possível que, decorridos um ou dois anos de Governo o então Presidente possa, mercê de seus dotes pessoais, mercê de uma propaganda bem organizada, se popularizar, desde que tenha de fato condições para alguma liderança no sentido popular; mas, no início da sua escolha, o detentor, o ocupante da Presidência da República tem sido desconhecido.

Vejam os Senhores o Marechal Castelo Branco, o Marechal Costa e Silva e o General Emílio Garrastazu Médici. Suas Excelências eram desconhecidos, ou seja, conhecidos numa esfera restrita, não haviam participado de campanhas políticas, não eram conhecidos do povo. Nada impede, que a escolha nesses termos possa determinar a eleição de um bom governante, mas, o ponto a que se pretende chegar é que esse processo da escolha direta traria um grave impasse. Qualquer governo estadual escolhido em pleito direto teria mais liderança que um governo escolhido da forma como acabei de relatar.

Imaginem os Srs., um Presidente da República, no início de um mandato, totalmente desconhecido do povo, tendo que coordenar a administração de 20 ou 21 Governadores eleitos diretamente pelo povo. Eu pergunto: como, um homem escolhido assim terá condições de comandar politicamente esses Governadores?

Esse seria o impasse. Jamais o Governo Federal terá condições de coordenar Governadores escolhidos pelo voto direto, se ele não o for também, e o impasse é procedente, tanto assim que Sua Excelência o Sr. Presidente da República enviou a Mensagem ao Congresso Nacional, Mensagem que não nos surpreendeu, que faz parte, no nosso entender, da evolução do processo político ora em caminho em nossa terra. Simplesmente o que nós lamentamos é que se subtraia do povo um direito e que se pretenda fazê-lo em nome do povo, dando ao mesmo a responsabilidade da mudança. Se faça então um referendo popular para melhor encaminhar o assunto. O que o Governo pretende é subtrair tudo da apreciação do povo, porque sabe que não terá a compreensão do povo, manifestada através do voto direto. Não nos surpreendeu e achamos mesmo que a Mensagem seguiu um caminho facilmente previsível. Como o Governo Federal já admitir que os partidos políticos, que o povo escolhesse o Governador dos Estados, quando não admite que o seu Partido escolha seu próprio Presidente? As convenções para escolher o Presidente da Arena e os Presidentes dos Diretórios Regionais da Arena se feriram já, com Presidentes escolhidos. De nada valem, virem os delegados para a escolha de A. ou B. Terão o mero direito só de referendar a escolha feita pelo Presidente da República. Se o Partido não tem o direito de escolher nem o seu Presidente, pergunto aos Srs. como terá direito de escolher os Governadores do Estado? Vejam pois os Srs. que a Mensagem Governamental em absoluto não nos surpreendeu. Não surpreendeu a ninguém nesta terra. O que nos surpreende apenas, isto eu faço questão de neste momento colocar perante esta Casa é que S. Exa. o Sr. Presidente da República na Sexta-Feira Santa, 31 de março, fizesse um discurso à Nação e dissesse que quem tratasse com antecedência da solução para as sucessões Estaduais e Federais estaria prestando um grave serviço ao País, porque estaria criando um clima de intranquilidade, de agitação. Vejam os Srs. que quem fez essa declaração à Nação veio tratar, 3 dias após, da condenada sucessão governamental. Quem está perturbando a paz neste País não somos nós do MDB, os partidos políticos, inclusive o Partido do Governo, que recebeu a notícia à última hora, sem ter sequer uma preparação. Agora, vejam os Srs. se quisesse paz uma solução política para a emenda que propôs ao Congresso, não deveria o Governo chamar suas lideranças nas Assembleias Legislativas, na área política federal e pedir a elas que manifestassem seu desejo sobre o envio da Emenda enviada ao Congresso, e não tomando-a de surpresa e entregando-lhe a Mensagem da Emenda Constitucional. Quem está agitando o País? Ainda ontem tomava conhecimento, através do "O Estado de São Paulo", da reunião, do Ministro da Justiça com Srs. Secretários de Segurança dos Estados juntamente com o Chefe da Polícia Federal, para examinarem em conjunto as medidas de segurança a serem tomadas nos Estados quanto a possíveis reações de grupos descontentes com a emenda encaminhada ao Congresso Nacional. Agora vejam os Srs. o clima era de tranquilidade antes do dia 31 de março. Não precisava de reuniões de Secretários de Segurança, não havia necessidade de reunir a Polícia Federal para tratar de possíveis reações nos Estados. Não havia propósito gerador de inquietação, mas hoje existe, e de onde parte a Mensagem inquietadora, a Mensagem que agita o povo, não que agita os meios políticos. De onde partiu esta Mensagem? do MDB? da ARENA? Partiu justamente de quem a 31 de março dizia que prestava graves desserviços ao País,



quem tratasse da sucessão, porque sucessão agitava, e é S. Exa. quem vai tratar em seguida do assunto.

Existe Senhores, na verdade, um quadro muito confuso a cercar a remessa desta Mensagem do Congresso Nacional.

Quadro que não precisa de observador político sagaz. Não há necessidade de que se tenha a bola de cristal. Quadro, que encerra no seu bojo, muitos maus presságios. Temo, que aqueles que acreditam que medidas como a moção ora em tramitação nesta Casa, consigam desanuviar este quadro, e estejam equivocados. Temos, que o quadro tenha, como forma de desenvolvimento, o objetivo definido de conduzir o processo político para o impasse maior que determine soluções mais profundas, ditadas pelos interesses, de que grupo não sei! Temo, e tenho razões fundadas para assim pensar. Faço pois, o registro nesta Casa, do pensamento da Liderança do MDB.

A Moção será votada e já de antemão aprovada, porque traz a assinatura da imensa maioria dos Srs. Deputados com assento nesta Casa.

O Sr. Mugliatti Filho — V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Líder, Sebastião Rodrigues, permita V. Exa. que ao me congratular com o brilhantismo do seu discurso nesta tarde, deixe expresso este aparte. No meu entendimento, as palavras de V. Exa. representam não apenas e simplesmente a Moção da Liderança do nosso Partido mas, precipuamente, uma verdadeira declaração de votos de cada um de nós. Peço a V. Exa. que permita com que eu traduza, com uma declaração de votos minha, as palavras de V. Exa. que tão bem fielmente interpretam os sentimentos de todos nós. Realmente, ao contrário daqueles que possam pretender justificar a Mensagem, alegando ou voltando-se com as vistas para o passado, especificamente para 1.964 como se ajudi aqui ontem. Nós não atacamos a Mensagem ou não nos pronunciamos contra a Emenda Constitucional encaminhada ao Congresso no sentido de ignorar, de negar o lado positivo que possa existir no atual Governo Federal. Não há Governo que não tenha o seu lado positivo, e o atual, tem ponderável lado positivo. Nós nunca negamos isto nesta Casa. Mas o que temos estranhado, eu apenas aduziria ainda às palavras de V. Exa., é justamente este ponto em que se fala em Democracia. Mas que não se prega a Democracia nem os postulados da liberdade em nosso País.

Comemorou-se Tiradentes, mas não se ensina a nossa infância e não se prega junto ao povo, os legítimos, os verdadeiros princípios de liberdade. E justificar-se constitucionalmente como bem disse V. Exa. uma Emenda desta natureza sem o referendo popular além de uma contradição constitui um verdadeiro absurdo jurídico. E eu me congratulo mais uma vez com V. Exa. por expressar tão bem o sentimento da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. nobre Deputado e Presidente da Seção Regional do meu Partido. Agradeço a V. Exa. o aparte com que V. Exa. me brinda neste momento. Na verdade, nobre Deputado, V. Exa. se referiu a um ponto que às vezes vem sendo explorado pelos atuais homens do Governo, de que quem se opõe a eles é saudosista de 1.964.

Veja V. Exa. uma ironia que peca até mesmo pela impossibilidade material de comprovação, quando se olha a Bancada do meu Partido nesta Casa, constituída em sua maioria de jovens que nem mesmo poderiam se preocupar com política nos idos muito anteriores a 1964. Homens que não tiveram qualquer vinculação partidária com a estrutura dos antigos partidos políticos desta terra. Possuímos Deputados com 27, 28 anos de idade. Este mesmo Deputado que se dirige a esta Casa, antes do atual mandato, vivia preso ao seu trabalho de Gerente do Banco do Brasil, não possuía qualquer vínculo partidário, anterior a 1964. Este saudosismo não pega, Senhores. Na verdade se alguém sente saudades, são aqueles que viveram politicamente nos anos anteriores a 1964, muitos deles ainda com o poder, no atual período revolucionário. Lembro apenas, para exemplo, de um nome que, desde 1937, vem se beneficiando dos comandos partidários, das lideranças dos diversos governos neste País, governos democráticos e ditatoriais; e este homem continua hoje em pleno apogeu do seu poder, dominando o quadro político do momento brasileiro.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Quero manifestar ao Líder da nossa Bancada, Deputado Sebastião Rodrigues, a nossa concordância com o que V. Exa. diz. V. Exa. interpreta o pensamento da nossa Bancada. Agora, Deputado Sebastião Rodrigues, creio que o momento político nacional, diante da medida proposta pelo Sr. Presidente da República, é dos mais sérios e dos mais graves, como bem acentua V. Exa. Creio não haver motivo nenhum para alegria, para manifestações de palmas, de aplausos; porque este ato atinge a todos os políticos deste País; atinge a todos os homens que esperam uma evolução no processo democrático; a todos — e quero, nesta oportunidade, aplaudir aqueles homens que, tendo assento nesta Casa, pertencentes a Partido de situação, deixaram de apor a sua assinatura à Moção de aplauso. Esta é uma manifestação de que todos estão de acordo dentro da área de situação, pois compreendem eles a extensão mais ampla deste ato, atingindo toda a área política nacional, o que representa, sem dúvida, um grande retrocesso no processo político do Brasil.

As manifestações, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, da imprensa nacional, são manifestações de consideráveis áreas da ARENA, de ponderáveis valores intelectuais e morais que fazem parte deste Partido no País e que tiveram a coragem de se manifestarem contrariamente a esta proposta presidencial. Portanto, não fazemos coro sozinhos, como maldosamente se pretendeu inquirir, de que nossa posição é de defesa única do interesse político-partidário do MDB. Muito mais altas são as nossas preocupações e nosso interesse é o de que a Nação evolua politicamente e não regreda como parece ir acontecer.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Deputado Nivaldo Krüger, agradeço a V. Exa. o aparte...

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para ilustrar o aparte do nobre companheiro Nivaldo Krüger. O "Jornal do Brasil" de hoje traz a notícia de que na Assembléia de Pernambuco ARENA e MDB se uniram para protestar contra a medida presidencial estabelecendo eleições indiretas para Governador do Estado. E os Deputados da ARENA afirmaram que a classe política estava diminuída, impossibilitada mesmo de gerir seu próprio destino. Lamentavelmente em nossa Assembléia esse fato não se verifica e quase que uma Bancada inteira, para não fugir à regra, aplaude como sempre a atitude presidencial. Gostáramos, neste instante, de cumprimentar aquelas que se recusaram, mesmo pertencendo ao Partido situacionista, a assinar a louvação ao ato presidencial. Obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa., Sr. Deputado Alvaro Dias, Vice-líder da Bancada do MDB nesta Casa. Apenas quero consignar que certos homens dão valor à coerência e se sentem na obrigação de proceder de acordo com suas consciências, caracterizando esta virtude de seu caráter. Tenho certeza de que o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, que aqui não se encontra presente, tenho certeza de que S. Exa. também não aporia sua assinatura nesta Moção. Lembro-me de que S. Exa.

juntamente com o Sr. Deputado Erondy Silvério, por ocasião do encaminhamento a esta Assembléia do nome escolhido para a Prefeitura desta Capital, S. Exa. se manifestou contrariamente ao sistema de escolha dos Prefeitos das Capitais, achando S. Exa. que os mesmos deveriam ser escolhidos pelo voto direto. Ora, impunha a coerência que esses homens que assim pensavam, impunha que eles, que advogavam a escolha direta para Prefeitos das Capitais, também o fizessem para a escolha de Governos estaduais. Entendo que é questão de coerência e creio que este dever de consciência caracteriza a atitude destes nobres Srs. Deputados.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa. e acho válida a posição assumida por V. Exa. e demais companheiros da ilustre Bancada do MDB nesta Casa. Como V. Exa. citou nominalmente minha pessoa, desejo esclarecer, mais uma vez, a fim de que os pescadores de águas turvas não interpretem de forma diferente à minha posição.

Evidentemente, um homem que é eleito pelo povo, que é fruto do regime democrático, o único regime válido no meu entender, o regime que possibilita ao modesto motorista, ao homem de poucas letras, poder ombrear-se com as maiores culturas do País. E é só num regime belíssimo como é o regime democrático, que isso pode acontecer. Não existe, no regime democrático, a predominância de castas, não existe, num regime belíssimo como é o nosso, o feudalismo. E eu, que ingressei na política, no regime abençoado por Deus, não poderia ter, hoje, outra posição senão a defesa dos princípios mais sãos da Democracia.

Entendo que a Revolução de 64 não poderia, em seus primórdios, permitir que se realizassem eleições diretas para escolha de Governadores de Estados; para a escolha de Prefeitos, já não digo de Capitais, mas de Municípios dentro da zona de fronteira. Porque, infelizmente, sem querer tocar em chaga antiga, o regime imediatamente anterior à Revolução, provocado pelo Sr. Jânio Quadros, foi um regime calamitoso que estava levando este País à ruína. Passamos a ser pedintes internacionais; passamos a bater às portas das Chancelarias estrangeiras, de chapéu na mão, mendigando dinheiro até para pagar o funcionalismo. Era uma vergonha essa situação.

Foi preciso que a mulher brasileira tivesse vergonha; o homem não tinha vergonha — é preciso que se diga — foi preciso que a mulher se levantasse e com ela a Nação inteira, contra esse regime nefasto. Depois que a mulher tomou essa atitude, muitos se arvoraram em donos da Revolução. E as Forças Armadas, que sempre eram chamadas para deporem governos e lá colocarem outros civis — com outros rótulos é bem verdade — mas com as mesmas tendências; desta vez não retornaram à posição. Eles mesmo retomaram as rédeas do Governo da Nação.

E o primeiro Governo Revolucionário, Governo de Castelo Branco, tomou medidas eficazes para a Nação brasileira. Principalmente no que se refere à reforma tributária que possibilitou a todos os Municípios, desta grande e imensa Pátria, um desenvolvimento, acabando com aquela farsa que conhecíamos há muitos e muitos anos: o Prefeito que não fosse da faixa de Executivo não recebia nada para seu Município. E os Municípios sofriam, cada vez mais, um esvaziamento na área administrativa.

Castelo Branco acabou com isso, com a reforma tributária. Hoje, já não existe mais o problema de Prefeitos de chapéu na mão pedindo recursos que, de direito, eram de seus Municípios.

O problema da habitação, neste País, também melhorou. Muita gente crítica o plano do Banco Nacional de Habitação, mas está possibilitando aos brasileiros que nunca poderiam ter a sua casa própria e já tem a sua, embora com sacrifício, porque neste mundo nada se consegue sem sacrifício. O mar territorial das 200 milhas, a valorização continua do homem e da nossa moeda, afinal, medidas que se fossemos analisar uma por uma, não caberia no aparte que V. Exa. me concedeu. Ninguém nega que, no começo, o Governo Revolucionário tinha que se cercar de certas precauções. Uma eleição direta naquela oportunidade traria no seu bojo o retorno de quase tudo aquilo que o povo brasileiro abominava na oportunidade e continua abominando, é a desordem, o caos e outras formas de corrupção política que tanto conhecemos. Então a precaução era viável no 1.º Governo Revolucionário e no 2.º Governo Revolucionário. Mas as medidas tomadas com coerência, com a compreensão do povo brasileiro, e a colaboração que o povo brasileiro emprestou ao Governo Revolucionário, já proporcionavam a 4.º Governo da Revolução um futuro político, em que se desse ao povo o direito de escolher seus candidatos, que não nos impingissem técnicos, que são frios, calculistas, que não tem sensibilidade humana, que não vieram do povo, que nunca disputaram um voto, porque ganharam de presente o mandato governamental, prefeitural, considerando-se, portanto, ungidos pelo Senhor, como tivemos o triste episódio Haroldo Leon Peres, que se considerava um eleito do Senhor, sem dar satisfações a ninguém. E, contra esse estado de coisas que o povo brasileiro se revoltou e recebeu com alívio a Mensagem, se não me engano da junta governativa, junta militar que procedeu a reforma constitucional, mas que depois foi votada, sob a égide desse grande brasileiro que é Garrastazu Médici. Conventou-se que a partir de 1974 as eleições para os governos estaduais seriam diretas. Essa medida foi recebida com satisfação e alegria por todos os brasileiros e a partir daí então o Presidente Médici foi começando a crescer aos olhos do povo brasileiro, não só pela sua honestidade pessoal, pela sua energia, pela sua simpatia pessoal pela sua grande estrela que até um tri-campeonato nos trouxe, mas a sua figura foi crescendo no coração dos brasileiros. Porque ele estava prometendo aquilo que o povo mais aspirava, que era um futuro político, que era uma volta ao sistema político do próprio povo escolher quem devesse governá-lo. E tanto o Presidente fez pelo País, este País cresceu tanto aos olhos do mundo, principalmente no campo econômico que o próprio Presidente Nixon disse que para o lado que o Brasil pender, penderá também toda América Latina. Nós não pedimos essa declaração do Presidente Nixon, essa declaração foi fruto de observação, foi fruto do trabalho gigantesco do povo brasileiro, fruto de uma planificação honesta, séria, sadia, energética dos 3 Governos da Revolução. A ARENA disputou com o Partido de V. Exa. as eleições proporcionais no ano passado e vimos os resultados. Isso que estou afirmando aqui, o povo ratificou em quase todos os Estados provavelmente, há esse retrocesso há essa ducha a esfriar o ânimo e as esperanças a ARENA conquistou a maioria das cadeiras em todo o território nacional. Isso prova que o povo aplaudiu a obra da Revolução. Mas, agora, lamentavelmente, há esse retrocesso há essa ducha a esfriar o ânimo e as esperanças do povo brasileiro. Tenho certeza, apoiariam indistintamente o candidato indicado pelo Presidente Médici. Não poderia haver temor do Governo Revolucionário, num confronto nas urnas. É por isso que eu, fruto de uma democracia, de um regime, jamais estaria aqui nesta cadeira se não fosse a Democracia.

Não poderia nunca assinar um manifesto, que não foi pedido por ninguém, duvido que o Presidente Médici mandasse pedir um documento desta natureza, S. Exa. não fez consulta alguma às Casas Legislativas do País, pois já havia enviado, sem ouvir ninguém, usando da autoridade de uma administra-



ção sadia, usando a autoridade que a admiração do povo brasileiro lhe conferia. Uma administração honesta e séria, a admiração e o respeito que o povo brasileiro lhe conferiu, deram a S. Exa. a autoridade necessária para enviar a Mensagem ao Congresso.

Todos os documentos assinados são graciosos e têm o único intuito de continuar agradando uma vez mais, embora seja um ato contra a classe política deste País. Foi por coerência que não assinei esse documento.

Agradeço a V. Exa. a benevolência de ter me concedido este aparte tão longo que constituiu, quase, em pronunciamento paralelo, mas para que não pareça dúvidas quanto à minha atitude de não ter concordado em assinar esse documento. Não queria comentar porque não quero usar o termo, pelo qual achei o gesto da maioria desta Casa. Mas, para que amanhã não possam me acusar de contrário ao regime vigente, que não possam me acusar de subversivo não possam me acusar de perturbador da ordem pública é que fiz este pronunciamento que, faço questão, fique não somente nos Anais da Casa, mas pelo serviço próprio do Poder Legislativo a fim de que amanhã minhas palavras não sejam deturpadas e que nosso exemplo fique para as gerações futuras, de que o homem público deve ter respeito ao voto que recebe do povo brasileiro.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço o aparte com que V. Exa. me honrou e creio haver interpretado bem a atitude de V. Exa.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Sebastião Rodrigues, ontem a grande maioria da Bancada da ARENA que temos nesta Casa, através de Moção subscrita, aplaudiu o ato de S. Exa. o Sr. Presidente da República enviando ao Congresso Nacional a Mensagem estabelecendo eleições indiretas nos Estados da Federação brasileira.

Esse ato praticado pelos Deputados que integram a Bancada da ARENA, foi um ato de independência, e, nesta oportunidade, queremos respeitar a posição de todos aqueles que discordaram e discordam da posição do Governo, dos Deputados que integram as representações populares.

Se ontem aplaudimos o gesto de S. Exa. o Sr. Presidente da República, hoje queremos aplaudir o gesto da Bancada de V. Exa. que tem o direito de discordar. Mas o que não se pode negar, Deputado Sebastião Rodrigues, e V. Exa. sabe, é que em grande maioria dos Países do mundo as eleições são feitas pela forma indireta, através dos colegiados. V. Exa. não pode discordar, e o Deputado Erondy Silvério sintetizou bem no aparte que V. Exa. concedeu do extraordinário progresso que o Brasil vem experimentando nos últimos anos. Como era vergonhoso para os brasileiros como bem disse o sr. Deputado Erondy Silvério, ver o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil ir, curvado, de chapéu embaixo do braço, pedir empréstimos e prorrogação de prazo para as dívidas externas que o nosso país havia contraído com o resto do mundo, e hoje ainda está bem viva, perante a opinião pública brasileira, a recente visita do Sr. Presidente da República Emílio Garrastazuza Médici aos Estados Unidos aonde, V. Exa. sabe, o nosso Presidente foi de cabeça erguida para falar de homem para homem, de Estadista para Estadista.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — O Sr. Juscelino Kubitschek também foi.

O sr. João Mansur — Nunca negamos a obra extraordinária desenvolvida neste País, pelo eminente Presidente do nosso Partido, Partido Social Democrático, Juscelino Kubitschek, tantas vezes combatido pelos homens da Oposição aqui neste País. Foi um extraordinário Presidente e hoje, nós nos curvamos diante da administração do Presidente Médici, de maneira que nobre Deputado Sebastião Rodrigues nós aceitamos, respeitamos a posição do Partido de V. Exa., mas continuaremos coerentes com a nossa própria consciência porque jamais o Brasil experimentou tanto progresso como nos últimos anos, progresso, paz e prosperidade que é o que o povo brasileiro quer para continuar trabalhando, e mais, se for feita uma enquete através do referendo popular, tenho quase que certeza de que a maioria do povo brasileiro havia de se manifestar a favor das eleições indiretas no nosso Estado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Por que não se faz?

O sr. João Mansur — V. Exa. continue nessa sua tese talvez Sua Excelência o Sr. Presidente da República assim o entenda, e eu tenho a certeza que o povo brasileiro será favorável, porque o povo brasileiro está satisfeito com os homens que dirigem os destinos da Nação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — V. Exa., cuja presença através de aparte neste instante me honra, V. Exa. fala em coerência. Defende orgulhosamente a obra de Juscelino Kubitschek, ex-Presidente da República, do Partido de V. Exa. V. Exa. defende, justifica e aplaude a obra administrativa do atual Governo da Revolução, e o atual Governo da Revolução casou os direitos políticos do Sr. Juscelino Kubitschek, que V. Exa. também defende no momento. Não vejo coerência, nobre Líder, se V. Exa. me permite. Ou V. Exa. está com Juscelino Kubitschek, ou está com a atualidade brasileira! Não compreendo a coerência de V. Exa., quem cassou Juscelino Kubitschek foi o atual sistema que governa a Nação, V. Exa. há de concordar comigo!

O sr. João Mansur — Defendo a obra administrativa do Sr. Juscelino Kubitschek, eu desconheço as razões porque Sua Excelência teve o seu mandato cassado, isto não implica que eu reconheça os seus direitos políticos cassados, isto não implica que eu continue reconhecendo que ele fez uma grande obra administrativa em favor do nosso País.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Explicou mas não convenceu. Mas, tendo em vista que já está quase extinto o tempo que eu dispunha para discorrer...

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Nós temos reafirmado que vários Países democráticos têm a presidir-lhes, constituições que determinam eleições indiretas, e tivemos a curiosidade de fazermos uma verificação e encontramos o seguinte quadro: em 79, constituições de países democráticos, apenas 11 países com constituições democráticas determinam eleições indiretas, e na área de países socialistas, todos com eleições indiretas...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Peço permissão aos srs. Deputado para concluir nos breves instantes que me faltam, esta minha manifestação, dizendo que não admito que se confunda eleições indiretas com o que se procura colocar em vigência no Brasil. Outros países que as adotam, adotam fazendo a escolha dos candidatos por partido, por homens que representam o povo pelo voto dele recebido. Aqui eleição indireta constitui uma forma de se colocar um manto, um véu sobre uma nomeação. O povo inteiro é testemunha disto. Se assim não fosse eu pergunto a esta Casa, se não fosse uma nomeação, se fosse o Partido da Aliança Renovadora Nacional quem escolhesse verdadeiramente, como aliás deveria ser, dentro das eleições indiretas, o candidato ao Governo do Estado, o sr. Haroldo Leão Feres teria chegado ao poder? É isto que nos irrita, é tentar se envolver com um manto muito tênue mesmo, a inverdade desta situação, é isto que não compreendemos, é preciso que se diga que regimes de força,

estados de exceção, sempre existiram mas sempre agiram dentro daquilo que se entende por regime de força e de estado de exceção. Mas pretender dizer que atualmente o governador do Estado, o Presidente da República são eleitos pelo povo ainda que indiretamente, ora, ninguém vai pregar isto à Nação. É nomeação mesmo. Todo mundo está cansado de saber disto. Isto é o que nos irrita é justamente esta maneira de pretender dizer que eleições indiretas irão ocorrer neste País. O que vai ocorrer na verdade é nomeação. Mas, encerrando, srs. o que eu faço questão de dizer desta Tribuna é que nós também vemos coisas positivas no Governo que ai está. Se não temos nos preocupado em exaltá-lo é porque somos uma minoria na oposição. Existem tantos para elogiá-lo, existe um número imenso para dizer o que de bom ele tem feito e só nós para dizer aquilo de errado para dizer o que esteja o Governo fazendo erroneamente. Mas todo mundo sabe que admitimos acertos. Nenhum Governo erra somente. Os Governos acertam, mas nós não podemos elogiar o Governo quando há tantos para fazê-lo, são só elogios por este País agora. Não existe Deputado da ARENA que não termine o seu discurso sem mencionar o nome horrado de S. Exa. o sr. Presidente da República. Então não há necessidade da oposição elogiar o Governo. Tem muita gente para fazê-lo. Esta moção de aplauso me soa como uma contradição, como palmas em funeral. Soa assim esta moção de aplauso. Queira Deus que esteja equivocado. Lamento não estar. E gostaria, para que a Constituição brasileira passasse a representar, verdadeiramente aquilo que está ocorrendo na Nação, que se mudasse aquele artigo que diz que: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Deve haver uma emenda também proposta ao Congresso Nacional para que ele passasse a figurar no corpo de nosso maior diploma legal com a seguinte significação: "Todo Poder emana da força, e em seu nome será exercido". Porque na verdade, o que se pratica em nosso País neste momento, é uma imposição de força.

Faço uma afirmação a V. Exa., nobre líder do Governo, que disse que se houvesse um referendo popular, V. Exa. não teria dúvida, de que o povo consagraria o sistema de eleições indiretas. Tem V. Exa. contra si e a meu favor, o fato de que o Governo que V. Exa. defende nesta terra, não admite esta consulta. Gostaria de vê-la. Agora, tenho certeza também Excelência que se fosse declarado hoje que nesta terra existe um clima de liberdade, "todo mundo pode votar como deseja a emenda constitucional", 90% do Partido de V. Exa. votaria contra ela.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Findando pois, sr. Presidente, agradeço os apartes com que fui honrado, e afirmo que o nosso estado de espírito, é de total desalento. Lamentavelmente, se democracia já não havia no País, existia ao menos uma perspectiva de que em breve ela voltasse a viver entre nós. Assim, não ocorreu a morte da Democracia, mas a morte da última esperança de que nós tivéssemos uma Democracia a curto prazo. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, para encaminhar à Mesa. Mensagem do Governo encaminhada a S. Exa. o sr. Deputado Wilson Fortes, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, e incluindo cópia autêntica do convênio celebrado em 20 de dezembro de 71, entre o Poder Executivo e o Município de Curitiba e mais 150 Municípios do Paraná, através da Lei 6.211 de dois de agosto de 71. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Mensagem enviada a esta Casa por S. Exa. o sr. Governador.

O sr. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Mensagem):

MENSAGEM 3-72

Senhor Presidente.

Curitiba, 5 de abril de 1972.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de dezembro de 1971, entre o Poder Executivo e o Município de Curitiba, visando recíproca colaboração Técnica e Assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — PROFAZ, instituído pela lei n. 6.211, de 2 de agosto de 1971.

Com os Municípios constantes da anexa relação foram, na mesma data, celebrados iguais convênios, os quais são também ora submetidos a essa Augusta Casa de Leis e cujos textos nada diferem do celebrado com o Município de Curitiba, eis que obedecem minuta padrão, conforme dispõe o decreto n. 701, de 20 de agosto de 1971.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Assembleia Legislativa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Relação dos Municípios paranaenses que, em data de 20 de dezembro de 1971, celebraram convênio com o governo do Estado do Paraná, através do Programa de Integração Fazendária "PROFAZ", de que trata a Lei n. 6.211, de 2 de agosto de 1971.

#### MUNICÍPIOS

Abatiá — Adrianópolis — Agudos do Sul — Almirante Tamandaré — Alto Paraná — Alto Piquiri — Antônia — Amaporã — Ampere — Antonio Olinto — Apucarana — Arapongas — Arapoti — Araruna — Araucária — Assis Chateaubriand — Astorga — Atalaia — Alvorada do Sul — Barracão — Balsa Nova — Barbosa Ferraz — Bela Vista do Paraíso — Bituruna — Boa Esperança — Bocaiuva do Sul — Bom Sucesso — Borrazópolis — Colorado — Curitiba — Castro — Capanema — Cambira — Cafeara — Cambé — Campina Grande do Sul — Campo do Tenente — Campo Mourão — Cascavel — Catanduvas — Centenário do Sul — Cerro Azul — Céu Azul — Chopinzinho — Cianorte — Cidade Gaucha — Clevelândia — Colombo — Congonhas — Censeheiro Mairinck — Corbélia — Cornélio Procopio — Cruzeiro do Oeste — Cruzeiro do Sul — Cruz Machado — Curitiba — Diamante do Norte — Doutor Camargo — Enéas Marques — Engenheiro Beltrão — Faxinal — Fênix — Floral — Floresta — Florestópolis — Foz do Iguaçu — Francisco Beltrão — Formosa do Oeste — General Carneiro — Guaraniáçu — Goioerê — Grandes Rios — Guaira — Guapirama — Gua-



porema — Guaraci — Guarapuava — Guaraqueçaba — Guaratuba — Ica-  
raima — Iguaraçu — Iretama — Ibaiti — Ibioporã — Imbituva — Inácio  
Martins — Inajá — Indianópolis — Ipiranga — Iporã — Iguatagé — Itam-  
baracá — Itambé — Itapejara do Oeste — Itaúna do Sul — Ivai — Ivaiporã  
— Ivatubá — Jataizinho — Jaboti — Jacarezinho — Jaguapitã — Jaguatiava  
— Janiópolis — Japira — Jardim Olinda — Jussara — Kaloré — Lapa  
— Leopoldina — Lobato — Londrina — Lupatópolis — Laranjeiras do Sul —  
Marechal Cândido Rondon — Marmeleiro — Marialva — Marilena — Mãe do  
— Mambore — Mandaguai — Mandaguari — Marjiritiba — Mangueirinha  
— Manoel Ribas — Maria Helena — Marilândia do Sul — Mariluz — Ma-  
ringá — Marópolis — Marumbi — Matelândia — Medianeira — Matinhos  
— Mirador — Mirassol — Moreira Salles — Morretes — Munhoz de Mello  
— Nova Fátima — Nova Cantu — Nossa Senhora das Graças — Nova Alian-  
ça do Ivaí — Nova América da Colina — Nova Aurora — Nova Esperança —  
Nova Londrina — Ortigueira — Ourizona — Paraíso do Norte — Presidente  
Castelo Branco — Paissandu — Palmas — Palmeira — Palmat — Palotina  
— Paranaguá — Paranaíba — Paranaíba — Paranaíba — Pato Branco —  
Paula Freitas — Paulo Frontin — Peabiru — Pérola — Pérola do Oeste —  
Pien — Pinhalão — Pinhão — Piraquara — Pitanga — Planaltina do Pa-  
raná — Planalto — Ponta Grossa — Porecatu — Porto Amazonas — Porto  
Rico — Porto Vitória — Primeiro de Maio — Prudentópolis — Pirai do Sul  
— Quitaguá — Quatro Barras — Quêrência do Norte — Quinta do Sol —  
Quitandinha — Quedas do Iguaçu — Reserva — Rancho Alegre — Rebouças  
— Ribeirão Claro — Rio Azul — Rio Bom — Rio Branco do Sul — Rio  
Negro — Roncador — Rondon — Rolândia — São Jorge do Oeste —  
Santa Cecília do Pavão — Santo Inácio — Santa Cruz do Monte Castelo  
— Sabáudia — Salto do Itararé — Salto do Lontra — Santa Amélia — Santa  
Fé — Santa Helena — Santa Inês — Santa Izabel do Ivaí — Santa Izabel do  
Oeste — Santa Mariana — Santana do Itararé — Santo Antônio da Pla-  
tina — Santo Antônio do Caiuá — Santo Antônio do Paraíso — Santo An-  
tonio do Sudoeste — São Carlos do Ivaí — São Jerônimo da Serra — São  
João do Caiuá — São Jorge do Ivaí — São José da Boa Vista — São José  
dos Pinhais — São Mateus do Sul — São Pedro do Paraná — São Sebastião  
da Amoreira — São Tomé — Sapopema — Sengés — Sertaneja — Sertão-  
ópolis — Siqueira Campos — Tamboara — Tapejara — Tapira — Teixeira  
Soares — Telemaco Borba — Terra Roxa do Oeste — Tibagi — Tijucas do  
Sul — Toledo — Tomazina — Tuneiras do Oeste — Ubitatã — Umuarama  
— União da Vitória — Uniflor — Uraí — Vitorino — Xambê — Wenceslau  
Braz.

Térmo de Convênio que entre si fazem o Estado do Paraná e a Prefeitura  
Municipal de Curitiba, visando recíproca colaboração para a integração  
e melhoria dos seus sistemas fisco-arrecadadores.

O Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, Dou-  
tor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, e a Prefeitura Municipal de  
Curitiba, representada por seu Prefeito, Senhor Jaime Lerner, devidamente  
autorizado pela Lei Municipal n. .... de .... de 19 ...., visando a  
colaboração mútua do "Programa de Integração Fazendária — "PROFAZ",  
criado pela lei n. 6.211, de 02 de agosto de 1971, e considerando que:

I — O vigente regime de competência tributária torna o Município dire-  
tamente interessado no nível de eficiência alcançado pelo Governo Estadual  
na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias;

II — A ação fiscalizadora conjunta e a correspondente soma dos pro-  
cedimentos, métodos e técnicas fiscais, contribuirão para a plena utilização  
da capacidade operacional do sistema fazendário no território do Estado;  
e que

III — A ação integrada, no que concerne ao estabelecimento e à assis-  
tência ao contribuinte, permitirá uma segura intensificação dos esforços  
realizados com o objetivo de desenvolver no mesmo o espontâneo cum-  
primento da obrigação tributária, através exata compreensão do princípio da  
unidade fiscal e do alcance social do tributo, resolvem celebrar o seguinte  
Convênio:

Cláusula Primeira — O Governo do Estado do Paraná, através a Se-  
cretaria da Fazenda, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, coordenarão  
seus programas e atividades, com o objetivo de promover a fiscalização in-  
tegrada do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, conforme projetos  
previamente estabelecidos e com o aproveitamento dos recursos humanos, ma-  
teriais e técnicos disponíveis.

Cláusula Segunda — O Governo do Estado do Paraná, através a Se-  
cretaria da Fazenda, se incumbirá de promover cursos de aperfeiçoamento  
aos funcionários fazendários da Prefeitura, a fim de propiciar a efetiva in-  
tegração dos membros da ação "PROFAZ".

Cláusula Terceira — A Prefeitura se incumbirá de colocar à disposição  
da Secretaria da Fazenda, seus equipamentos e instalações disponíveis, bem  
como participar de campanhas de esclarecimentos aos contribuintes, enca-  
dadas pelo Governo do Estado na ação "PROFAZ".

Cláusula Quarta — De comum acordo, poderão as partes estabelecer nor-  
mas complementares que se fizerem necessárias para a perfeita concretiza-  
ção dos objetivos deste Convênio.

Cláusula Quinta — O prazo de vigência do presente Convênio será de  
1 (um) ano, a partir da data de sua celebração, podendo ser renovado, desde  
que atendidas suas finalidades básicas e condições.

Cláusula Sexta — O presente Convênio poderá ser denunciado, em qual-  
quer tempo, por vontade das partes ou de uma delas, manifestada ex-  
pressamente com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Sétima — Nos termos do disposto no artigo 47, inciso IX, da  
Constituição Estadual, o presente Convênio será submetido pelo Chefe do  
Poder Executivo Estadual à Assembleia Legislativa do Estado, para fins de  
"referendum".

E por estarem juntos e convencionados, foi lavrado o presente termo  
que, depois de lido e achado conforme, pelas partes e testemunhas, foi por  
todos devidamente assinado.

Curitiba, em 20 de dezembro de 1971.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado  
JAIME LERNER — Prefeito Municipal  
TESTEMUNHAS: — as ilegíveis — as ilegíveis.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson For-  
tes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à  
Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Wilson Fortes, constante do  
Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Consti-  
tuição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do  
Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Consti-  
tuição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do  
Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Consti-  
tuição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constan-  
te do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de  
Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, con-  
forme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 170-70, de autoria do Dep. Abraão  
Miguel, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com as Pre-  
feituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte,  
na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.  
P.T.C. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 315-70, de autoria do Dep. Olavo  
Ferreira, autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do  
Paraná, em financiamento a ser efetivado pela Faculdade de Medicina Norte  
do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco  
Real de Investimento S.A., até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e  
cinco milhões de cruzeiros). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.  
— em regime de urgência.

Ao referido Projeto foi apresentada emenda substitutiva, que é a seguin-  
te: (Lê):

"EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N. 315-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a garantia do  
Estado do Paraná, na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações  
constantes do principal, juros, taxas e correção monetária, na operação de  
financiamento a ser efetivada pelo Hospital de Ensino da Fundação da Uni-  
versidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A.,  
de São Paulo, para a construção e instalação completa de um Hospital de  
Ensino e Assistência Médica Regional, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00  
(vinte e cinco milhões de cruzeiros).

§ único — O aval do financiamento a que alude este artigo poderá ser  
dado pelo Banco do Estado do Paraná ou Banco de Desenvolvimento do  
Paraná. **BADEP.**

Art. 2.º — Nos Orçamentos Gerais do Estado construção dotações or-  
çamentárias específicas destinadas à amortização e resgate do financiamento  
contraído na forma desta Lei, obedecendo os seguintes critérios de distri-  
buição.

a) No exercício de 1.975, a importância correspondente a 1/3 (um ter-  
ço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.

b) No exercício de 1.976, a importância correspondente a 1/3 (um terço)  
do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.

c) No exercício de 1.977, a importância correspondente a 1/3 (um terço)  
do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.

Parágrafo único — Os Orçamentos Plurianuais de Investimentos preverão  
valores fixos para amortização e resgate, na forma do contrato de finan-  
ciamento a ser contraído, devendo os valores serem reajustados na pro-  
porção das oscilações cambiais que advirem.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando  
revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) João Mansur.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda substitutiva ao Projeto  
de Lei n. 315-70, que acaba de ser lida. — **Aprovada.**

Em votação o Projeto. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9-71, de autoria do Dep. Xeno-  
fonte Villanueva, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para  
efeito de conservação e melhoria a estrada que liga a cidade de Rolândia  
a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros. — Parecer favoráveis da  
C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-71, de autoria do Dep. Emí-  
lio Carrazzi eleva o "Quantum" na pensão mensal assegurada às viúvas dos  
Deputados Estaduais. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM RE-  
GIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115-70, de autoria do Dep. Luiz  
Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo Declarar de Utilidade Pú-  
blica a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. — Parecer  
favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 115-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pú-  
blica a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, situada a rua General  
Carreiro 673, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1970.

a) — Dep. Luiz Renato Malucelli



## PROJETO DE LEI N. 115-70

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Autoria: Dep. Luiz Renato Malucelli

Satisfeitas que foram as exigências legais, não existem mais óbices que possam entrar a aceitação do projeto. Assim, e como se situa em ambiente legal e constitucional dou parecer favorável

Em 4-11-1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente  
Armando Queiroz — Relator  
Emílio Carazzai  
Muggiati Filho  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Gilberto Carvalho  
Arthur de Souza  
Igo Losso

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão mensal concedida pela Lei n.º 168-61, de 11 de setembro de 1961, à Rcsa Dias Teixeira, filha de ex-Deputado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N. 158-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros) a pensão mensal concedida pela Lei n.º 168-61, de 11 de setembro de 1961, a Rosa Dias Teixeira, filha do ex-Deputado Estadual Gordiano Dias de Almeida Batista.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria, consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

a) Dep. Odilon Reinhardt

## JUSTIFICATIVA:

A pensão mensal concedida em 1961 à filha do ex-Deputado Gordiano Dias de Almeida Batista, deixou de ter significação nos dias presentes, quando o seu valor atual de Cr\$ 2,00 é verdadeiramente irrisório.

Pelos motivos expostos é que propomos a sua elevação através deste projeto de lei, esperando que a Casa lhe dê a acolhida que merece.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE Lei N. 158-71

AUTOR: Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 178,00 a pensão mensal concedida a Rosa Dias Teixeira, na forma e como específica.

## P A R E C E R

1) — A iniciativa em evidência foi elaborada atendendo ao que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se de simples autorização legislativa, razão pela qual, assim entendemos, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião R. Júnior

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 158-71

O presente projeto de lei é matéria de caráter autorizatório, não apresentando nenhuma implicação de ordem financeira.

Por outro lado, nada mais justo do que a atualização de sua pensão mensal pois o seu valor é irrisório.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovidio Franzoni

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abelardo Garcia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Escaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações às autoridades competentes, que possibilitaram a inauguração da BR-476, compreendido entre São Mateus e União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel e outros, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e congratulações ao Diretor do Instituto de Identificação do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada solicitação aos titulares da Secretaria do Trabalho e Assistência Social e Secretaria de Segurança Pública, no sentido de serem tomadas providências para o atendimento de menores abandonados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Associação de Senhoras de Rotarianos de Londrina, pela realização do V Encontro Nacional da Amizade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar órgão de segurança do interior paranaense de melhores condições materiais e humanas. — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.  
O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Apenas para um apelo que farei na oportunidade ao Líder do Governo, no sentido de que interceda, colabore conosco nesta proposição, pois grandes e pequenas cidades do interior estão à mercê dos assaltantes e marginais. Não há assistência e segurança nenhuma e Guarapuava, centro de uma região imensa, com circunscrição regional de Polícia, conta apenas com um veículo sem condições de trafegar.

Assaltantes rondaram Banco de nossa cidade, entraram e saíram; assaltantes às margens das rodovias e Polícia nem sequer tem condições de comunicação com outras cidades.

Apelo ao Governo do Estado, ao Líder do Governo neste instante à espera de que providências sejam tomadas para tranquilidade e segurança da população. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, o apelo que V. Exa. faz em forma de requerimento ao Governo do Estado, terá, de nossa Bancada, apoioamento total.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — O trabalho que V. Exa. vem executando aqui nesta Casa, no cumprimento da representação popular que V. Exa. exerce em nome do MDB, é no sentido de melhorar a administração do Estado.

Levaremos a sugestão ao Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Segurança e tenho a certeza de que medidas serão tomadas no sentido de ser protegida a região que V. Exa. tão bem representa nesta Casa, para tranquilidade da população laboriosa do Oeste paranaense.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Apenas para manifestar minha satisfação pelo apoioamento dado pelo Deputado João Mansur a este requerimento. Aliás, não esperava outra coisa de S. Exa. que está sempre atento e por isso mesmo é o Líder do Governo nesta Casa.

O MDB fica à vontade ao dialogar com o Governo, através de S. Exa., aqui no Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Aprovado.

— Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Coronel João Carlos Cristoffel, pela sua recente nomeação ao cargo de Chefe da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná. — Aprovado.

— Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente da sessão anterior, já aprovado. A Mesa designa uma comissão composta pelos Srs. Deputados: Antônio Belinati, Alvaro Dias e Lázaro Dumont, para representar esta Casa, sem onus para a Assembleia.

— Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente de sessão anterior, já aprovado. A Mesa designa uma comissão composta dos Srs. Deputados: Hélio Manfrinato, Ivo Tomazoni, Aginaldo Pereira Lima e Alvaro Dias para representar esta Casa sem onus para a Assembleia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solocitando o envio do expediente ao Sr. Presidente da República. — Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, sem maior comentário apenas para que se registre, mais uma vez em Ata, o voto contrário da Bancada do MDB.

O SR. PRESIDENTE — Será consignado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 191-70, 14-71, 151-71, 152-71, 153-71, 191-71 221-71.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 5.ª Sessão Ordinária

Realizada em 7 de Abril de 1972 - (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Antônio Lopes Júnior.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Cristóstomo, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zenusso, Borsari Neto, David Federmann Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Maraniuk, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Maurício Fruet e Santos Lima (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicílio Scaramella, Rosário Pitelli, Cândido Martins de Oliveira, Fúad Nacli, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.



O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Defiro. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 25 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

#### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Lepuado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais reque-, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Neman Sahão, ocorrido em Londrina, no dia 4 de abril p. passado.

O Senhor Neman Sahão, que veio para o Brasil em 1920, fixando-se primeiramente no interior de São Paulo, falece aos 76 anos. Deixa viúva a Senhora Salime Sahão. Pioneiro que sempre se dedicou ao comércio e à lavoura cafeeira.

Foi também fundador do Rotary Clube de Londrina.

Outrossim, solicito à Mesa que se de conhecimento à família enlutada da decisão desse Plenário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1972.

(a) Antonio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, requer seja encaminhado veemente apelo ao Senhor Superintendente Regional do INPS, nesta Capital.

O pedido se prende, Senhor Presidente, ao fato de que, somente naquele Município, conta o INPS com mais de 4.000 (quatro mil) filiados, que são obrigados a se deslocarem a localidades vizinhas, para obtenção da assistência a que fazem jus em retribuição a suas contribuições.

Por ser justa e oportuna a medida pleiteada, conta, o subscritor do presente, com o indispensável apoioamento dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Sala das Sessões em 6 de abril de 1972.

(a) Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

É motivo de grande satisfação e honra para o Paraná, a recente posse do Senhor Lineu Emilio Klüppel no cargo de Secretário Geral do Ministério da Fazenda.

A sua passagem pela Secretaria da Fazenda em nosso Estado, se caracterizou pela severidade e alta competência dando, no setor especializado, nova e grandiosa dimensão que enalteceu o titular de tão importante Pasta.

Por esse motivo, requeremos, após ouvidos o Plenário, um voto de regozijo pela sua nomeação e posse no alto cargo e que do fato se de ciência a S. Exia..

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 13-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A 2:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) David Federmann

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa da Amizade de Ponta Grossa é uma instituição de caráter filantrópico, fundada em 9 de dezembro de 1968 pelas esposas dos rotarianos da cidade de Ponta Grossa, e que tem por finalidade colaborar com as obras e iniciativas capazes de promover a melhoria da comunidade, de dar solução a qualquer problema humano, de caráter social ou individual.

A entidade, conforme pode-se verificar pelos seus Estatutos que anexamos ao presente, preenche os requisitos exigidos para que seja declarado de utilidade pública, pelo que esperamos que a medida aqui proposta venha a obter o apoio dos Nobres Pares.

Projeto de Lei n. 14-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A 2:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n. 4.980, de 7 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Lar dos Meninos de São Luiz, desta Capital".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 4.980, de 7 de dezembro de 1964, cuja publicação anexamos ao presente, através de seu artigo 1.º, declarou de utilidade pública o Asilo São Luiz, desta Capital.

Ocorre, entretanto, que em reunião de Diretoria dessa entidade, realizada a 18 de fevereiro do corrente foi alterada a sua denominação para "Lar dos Meninos de São Luiz", cancelando-se definitivamente a designação primitiva de Asilo São Luiz, conforme se comprova com a Certidão de Cartório de Títulos e Documentos, 2.º Ofício, desta Capital, que efetuou o registro da Ata respectiva.

Assim, a nova redação que pretendemos dar ao dispositivo legal citado visa tão somente, adaptá-lo à nova denominação dessa tradicional entidade, que vem prestando, há muitos anos, relevantes serviços no campo de assistência social ao menor em nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 191-70, de autoria do Dep. Fuad Nacli, autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 25.000,00, à Secretaria de Educação e Cultura, para atender despesas com os primeiros jogos Colegiais Regionais, em Laranjeiras do Sul. Parecer da C.C.J. pela Arquivamento, em Regime de Urgência. Aprovado o parecer.

Projeto de Lei n. 191-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, para atender as despesas decorrentes com a realização dos 1.ºs Jogos Colegiais Regionais, em Laranjeiras do Sul, de 24 a 30 de outubro de 1970.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1970.

(a) Fuad Nacli

#### JUSTIFICATIVA

Os Jogos Colegiais Regionais supra citados a serem desenrolados em Laranjeiras do Sul, segundo o seu regulamento, será patrocinado pela 46a. Inspeção de Ensino.

É evidente que aquele órgão da Secretaria de Educação e Cultura não conta com recursos suficientes para tal fim. Como se trata de iniciativa de alta significação, entendemos que ao Estado cabe dotar aquela Inspeção de meios necessários para a realização dos mesmos jogos, os quais virão trazer, por certo, à juventude do Oeste do Estado, o verdadeiro espírito da "mens sana in corporis sano".

Esta é Senhores Deputados, a razão por que apresentamos este plano de lei à consideração de V. Exas., esperando se lhe de o indispensável apoioamento.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 191-70

AUTOR: Dep. Fuad Nacli

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 25.000,00 à Secretaria de Educação e Cultura, para atender despesas com os Primeiros Jogos Colegiais Regionais, em Laranjeiras do Sul.

PARECER: Trata-se de matéria superada por autorizar a abertura de crédito no orçamento já findo de 1970.

Em face de haver perdido a oportunidade, opinamos pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Lesso — Relator

Arthur de Souza

Sebastião Rodrigues Júnior

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 14-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, firmar convenio com os Municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte sobre o rio Marumbi. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 14-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convenio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com os Municípios de Marumbi e Cambira, para a construção de uma ponte sobre o Rio Marumbi, ligando os Municípios de Marumbi e Cambira, já projetada pelo referido Departamento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1971.

a) Gilberto Carvalho

#### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário se faz dizer que é de suma importância a construção de uma ponte sobre o Rio Marumbi, ligando os Municípios de Marumbi e Cambira, tendo em vista que tal obra virá facilitar, sem sombra de dúvida, a comunicação entre aqueles dois progressistas Municípios, e, consequentemente, o progresso da região.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 14-71

AUTOR: Dep. Gilberto Carvalho

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a firmar convenio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com os Municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte sobre o Rio Marumbi".

P A R E C E R

1) — A iniciativa ora em exame vem justificada e articulada, estando, assim em perfeita consonância com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.



2) — Trata-se de simples autorização legislativa, razão, pela qual entendemos não haver qualquer óbice de ordem constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do autor.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 1971.

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente  
**Arthur de Souza** — Relator  
**Sebastião Rodrigues Júnior**  
**Igo Losso**  
**Cândido Martins de Oliveira**

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 14-71

Autor: Dep. Gilberto Resende Carvalho

Súmula: Através do Departamento de Estradas de Rodagem, firma convênio, com os Municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma Ponte sobre o Rio Marumbi.

#### PARECER

A matéria já veio devidamente articulada. Firmar convênio é da competência do Poder Executivo, merecendo desta Comissão, apenas o caráter autorizatório.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

aa) — **Leopoldo Jacomet** — Presidente  
**Paulo Poli** — Relator  
**Ovídio Franzoni**  
**Santos Lima**  
**Fuad Nacli**

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PROJETO DE LEI N.º 14-71

AUTOR: Dep. Gilberto Carvalho

#### PARECER

1.) Visa o Projeto de Lei supra citado, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, autorizar o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com os Municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte sobre o Rio Marumbi.

2.) Referida iniciativa foi devidamente examinada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais mereceu pareceres favoráveis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Entendemos por oportuno o plano de lei ora em exame porque, na verdade, a construção de uma ponte sobre o Rio Marumbi, entre os Municípios de Marumbi e Cambira, trará, forçosamente, maiores facilidades de acesso e comunicação entre um e outro município, o que vale dizer, em maior progresso àquela região.

Assim, face as considerações expendidas, opinamos pela aprovação da medida proposta.

S. M. J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — **Lázaro Dumont** — Presidente  
**Antônio Maciel** — Relator  
**Hélio Manfrinato**  
**Gilberto Carvalho**  
**Borsari Netto**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o P. E. através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

##### PROJETO DE LEI N.º 151-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré a "Rodovia dos Minérios".

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrá a conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICATIVA:

A distância da sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios é de apenas 1.000 metros. Ocorre, entretanto, que apesar da pouca distância, a estrada que faz essa ligação é de terra batida, tornando-se, nos dias chuvosos, quase intransitável. Daí o presente Projeto de Lei, que esperamos seja aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 151-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios.

#### PARECER

A medida pretendida é das mais justas e não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou mesmo constitucional.

Favorável, é o parecer.

Sala das Comissões, me 13 de outubro de 1971

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente  
**Emílio Carazzai** — Relator  
**Arthur de Souza**  
**Cândido Martins de Oliveira**  
**Igo Losso**  
**Acyr José**

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Quiélse C. da Silva

SÚMULA: Autoriza o P.E. através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios.

#### PARECER

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não ocorre qualquer impedimento de ordem financeira.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) — **Leopoldo Jacomet** — Presidente  
**Gabriel Manoel** — Relator  
**Santos Lima**  
**Ovídio Franzoni**

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PROJETO DE LEI N.º 151-71

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo a revestir de asfalto a estrada que liga Almirante Tamandaré à Rodovia dos Minérios.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, cada qual em sua esfera de competência técnica, opinaram favoravelmente à matéria.

No mérito, que é o prisma regimental desta Comissão, deve reconhecer-se que a medida é das mais necessárias, visto como uma pequena extensão de 1.000 metros se constitui um ponto de estrangulamento do tráfego entre duas artérias da maior importância econômica e viária para o Estado.

Opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões,

aa) — **Lázaro Dumont** — Presidente  
**Gilberto Carvalho** — Relator  
**Antônio Maciel**  
**Hélio Manfrinato**  
**Borsari Netto**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o P.E. através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café. Pareceres favoráveis de C.C.J., C.F. e S.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

##### PROJETO DE LEI N.º 152-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria dos Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à rodovia do Café-BR-376.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) — Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente plano de Lei é dar condições melhores de acesso da população de Campo Largo à rodovia do Café, inclusive porque, ao longo desse pequeno trecho, apenas 1.300 metros — estão localizados varias indústrias, principalmente a Indústria Cerâmica do Paraná, de grande importância econômica para o Município.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 152-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à rodovia do Sáfé — BR-376".

#### PARECER

1.) O Projeto vem articulado e justificado, obedecendo, portanto, o que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Trata-se de simples autorização legislativa, e, por outro lado, não fere nenhum preceito de ordem constitucional ou legal.

Quanto à sua oportunidade, não merece qualquer reparo.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente, **Arthur de Souza** — Relator, **Emílio Carazzai**, **Cândido Martins de Oliveira**, **Gilberto Carvalho**.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Quiélse C. da Silva.

SÚMULA: Autoriza o P. E. através da Secretaria de Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café — BR-376.

#### PARECER

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não ocorre qualquer impedimento de ordem financeira.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente Projeto.

Sala das Comissões, em outubro de 1971.

aa) — **Leopoldo Jacomet** — Presidente  
**Fuad Nacli** — Relator  
**Santos Lima**  
**Maurício Fruet**

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PROJETO DE Lei N.º 152-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

#### PARECER

1.) De autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, objeti-



va o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café — BR-376.

2.) Referida Proposição foi examinada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais mereceu pareceres favoráveis.

3.) Na verdade, a iniciativa merece nossa aprovação, pois, uma vez implantado aquele serviço de pavimentação asfáltica virá trazer grande benefício não só ao Município de Campo Largo, como também às indústrias que estão localizadas ao longo da já indicada rodovia, que terão melhores condições de escoamento de seus produtos.

Assim, pois, opinamos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Maciel — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Hélio Manfrinato

Borsari Netto

Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153-71, de autoria do Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva, autoriza o P.E. através da Secretaria dos Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 153-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria dos Transportes, a proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) — Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a distância entre a sede do Município de Campina Grande do Sul com a BR-116 é de 5.000 metros. Entretanto, há possibilidade de se reduzir esta distância para apenas 2.500 metros e com o novo traçado da estrada e seu revestimento asfáltico, objetivo do presente projeto, serão inegáveis os benefícios para a população do município.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 153-71

AUTOR: Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, a proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116".

#### P A R E C E R

1.) A iniciativa em pauta foi elaborada atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referido Projeto não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Além do mais, trata-se de simples autorização legislativa.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do autor.

3.) Em face de tais razões, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Acyr José

Igo Losso

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei N.º 153-71

AUTOR: Dep. Quiêlse C. da Silva

SÚMULA: Autoriza o P.E. através da Secretaria de Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento na Rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul, à BR-116.

#### P A R E C E R

O caráter autorizatório que é emprestado pelo presente projeto de lei, não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Sessões, em outubro de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Gabriel Manoel

Santos Lima

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO de Lei N.º 153-71

AUTOR: Dep. Quiêlse C. da Silva

SÚMULA: "Autoriza o P.E., através da Secretaria dos Transportes, a proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116.

#### P A R E C E R

1.) As duntas Comissões da Constituição e Justiça e de Finanças, deram pareceres favoráveis à aprovação do Projeto.

2.) Entendemos justa a pretensão do autor, pois conforme faz constar da justificativa do projeto, visa com o novo traçado da rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116, reduzir o atual trecho em 50%. A execução do revestimento asfáltico pretendido virá também, trazer reais benefícios para o Município.

3.) Somos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1971.

aa) — Lázaro Dumont — Presidente

Borsari Netto — Relator

Antônio Maciel

Hélio Manfrinato

Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191-71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública, a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 191-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, fundada em 9 de fevereiro de 1962, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) — Deputado João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, fundada em 9 de fevereiro de 1962, no bairro da Vila Hauer, situado à rua Júlia Cesar Ribeiro de Souza n.º 6, nesta Capital, é uma sociedade civil, de caráter filantrópico, educativo e de assistência social, cuja finalidade específica é assistência aos indigentes e seus familiares conforme Estatuto anexo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 191-71

AUTOR: Dep. João Mansur

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital.

#### P A R E C E R

1.) O objeto da Lei está perfeitamente definido na súmula que o identifica.

2.) Não havendo impedimento algum, legal ou constitucional, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1971.

aa) — Emílio Carazzai — Presidente (em exercício)

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Borsari Netto

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 24-71, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, sobre a dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 221-71

Governo do Estado do Paraná

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, Unidade Executora Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	56.415,00
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	166.392,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o art. 43, parágrafo 1.º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, na mesma Dotação, Programa e Subprograma, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.2.0 — Material de Consumo	54.000,00
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	118.807,00
3.1.4.0 — Encargos Diversos	50.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 221-71

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: "Abre crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00, ao Orçamento Geral do Estado, na forma e como especifica".

#### P A R E C E R

1.) O supra referido Projeto de Lei tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 24-71 e pretende abrir crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Or-



çamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 03 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, Unidade Executiva Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações que especifica.

2.) Tendo em vista a recente decisão tomada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, entendemos que a medida ora proposta é de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos em que dispõe o art. 34, da Emenda Constitucional n.º 2, de 28 de fevereiro de 1970.

3.) Opinar, pois em face das considerações expedidas, pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente  
Odilon Reinhardt — Relator  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Muggiati Filho  
Arthur de Souza  
Gilberto Carvalho

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei N.º 221-71  
Mensagem Governamental 24-71

#### PARECER

1. — O presente Projeto de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n.º 24-71, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Unidade Executiva Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações que especifica.

2. — Como recurso para cobertura do crédito que pretende abrir, prevê o artigo 2.º da Mensagem o cancelamento de diversas dotações constantes do mesmo Orçamento.

3. — Dessa forma, estão atendidas as exigências contidas na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que dispõe sobre Normas Gerais de Direito Financeiro para a Elaboração de Orçamento e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente  
Paulo Poli — Relator  
Armando Queiroz  
Ovidio Franzoni  
Santos Lima

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO de Lei N.º 221-71

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: "Abre crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, na forma e como especifica".

#### PARECER

1.) A iniciativa supra evidenciada foi devidamente examinada pelas duas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais mereceu pareceres favoráveis.

2.) Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, entendemos que o Projeto de Lei em questão, oriundo de Mensagem Governamental, reúne condições para ser aprovado pela Casa, vez que permitirá ao Departamento de Extensão e Fomento, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura ajustar seu orçamento de maneira a poder cumprir e executar o "Programa de Extensão e Defesa Sanitária Animal e Vegetal, coordenado pelo Órgão competente da Administração Federal, o que importa, é evidente, em um grande benefício para o Estado.

3.) Assim, pois, opinamos pela sua aprovação.

aa) — Antônio Maciel — Presidente  
Maurício Fruct — Relator  
Hélio Manfrinato  
Leopoldo Jacomet

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Superintendente Regional do INPS, no sentido de que seja instalado em Morretes, um posto de atendimento daquela autarquia federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Lineu Emilio Klüppel, pela sua nomeação e posse no cargo de Secretário Geral do Ministério da Fazenda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Neman Sahão. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 10, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 315-70, 9-71 e 211-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 115-70, 14-71, 151-71, 152-71, 153-71, 158-71, 191-71 e 221-71;

1.a DISCUSSÃO — 176-71, 261-71.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 113-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.993, de 04 de abril de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Plínio Antonio de Sotti Lopes, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 06 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 114-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.967, de 04 de abril de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Rosa Fernandes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 04 de abril de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 115-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.820, de 27 de março de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

Revogar a Portaria n.º 93-72, de 07 de março de 1.972, que designou Rosa Fernandes para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Borsari Neto.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 116-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.987 de 04 de abril de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Valdomira Demeterco Pereira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 05 de abril de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry  
Diretor Geral